



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação profissional.

## A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB) EM TEMPOS MILITARES: APROXIMAÇÕES AS SUAS EXPRESSÕES CONSERVADORAS

MARIA APARECIDA NUNES DOS SANTOS<sup>1</sup>  
CLARA EMANUELLY SANTOS VICTOR<sup>2</sup>  
GZIANA CLECIANY SILVA DE ARAUJO<sup>3</sup>  
BRUNA VALESKA BARROS SILVA<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tece uma análise da particularidade dos fundamentos histórico-conceituais e das expressões do conservadorismo na formação do curso de Serviço Social da UEPB, durante a ditadura militar, mediante a apreciação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfica e documental cuja perspectiva de análise centra-se no materialismo histórico-dialético. Das principais aproximações tecidas até o momento, pode-se destacar constante referência dos TCCs aos documentos papais e aos documentos de Araxá e Teresópolis; o silenciamento e até “apologia” ao regime militar.

**Palavras-chave:** Conservadorismo; Serviço Social; Formação.

**Abstract:** The present work analyzes the particularity of the historical-conceptual foundations and the expressions of conservatism in the formation of the UEPB Social Service course during the military dictatorship, through the appreciation of the Works of Course Completion (TCCs). It is a bibliographical and documentary research whose perspective of analysis focuses on historical-dialectical materialism. From the main approaches to date, we can highlight the constant reference of the TCCs to the papal documents and the documents of Araxá and Teresópolis; the silencing and even "apology" to the military regime.

**Keywords:** Conservatism; Social service; Formation.

### 1. INTRODUÇÃO

As reflexões contidas no presente trabalho resultam de um projeto de iniciação científica ora em curso sobre a particularidade do processo de formação do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no contexto da ditadura militar. Tem como objetivo principal a análise dos fundamentos histórico-conceituais e das expressões do conservadorismo

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: <cidanunescg@hotmail.com>

<sup>2</sup> Estudante de Graduação. Universidade Estadual da Paraíba.

<sup>3</sup> Estudante de Graduação. Universidade Estadual da Paraíba.

<sup>4</sup> Estudante de Graduação. Universidade Estadual da Paraíba.

no referido curso, durante a ditadura militar, mediante a apreciação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) produzidos nas décadas de 1960 e 1970.

Trata-se de uma proposta de pesquisa de cunho bibliográfico e documental a qual, além dos referidos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), inclui os documentos referentes às propostas pedagógicas do curso, bem como as legislações específicas do Serviço Social que tratam sobre a formação, a exemplo da base curricular que norteou os cursos nas décadas estudadas, bem como publicações da categoria profissional em revistas do período, a exemplo dos cadernos ABESS

Do universo dos TCCs produzidos, durante as décadas supracitadas, os critérios de seleção para amostra da pesquisa se assentam naqueles trabalhos que encontram-se em boas condições físicas de manuseio e que discorram sobre o exercício profissional. Levando-se em consideração os referidos critérios, a delimitação da amostra corresponde à 100 trabalhos e, até o presente momento da pesquisa, efetuou-se a análise de 36 TCCs.

A perspectiva de análise do estudo centra-se no materialismo histórico-dialético o qual possibilita uma apreensão da movimento da realidade fundamentado no recurso heurístico da totalidade. Como explica Netto (2012, p.52-53), longe de constituir um conjunto de regras formais que se “aplicam” ao objeto ou conjunto de regras escolhidos pelo sujeito para “enquadrar” este objeto, para Marx, o método implica “uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações”. Disto, tem-se que quanto mais tenta-se saturar, durante o processo de investigação, tais determinações, mais “concreto pensado e não “concreto criado” são as aproximações ao real.

Levando-se em consideração os elementos preliminarmente destacados, esse estudo justifica-se pela necessidade permanente de “aproximações sucessivas” à problemática do conservadorismo e sua relação com o Serviço Social nos mais variados contextos históricos, sobretudo, em tempos de “razão decadente” possibilitando ao discente de Serviço Social um maior aprofundamento dos fundamentos histórico-conceituais do

conservadorismo e suas roupagens; dos fundamentos histórico-teórico e metodológicos da profissão e das perspectivas ideopolíticas que historicamente nortearam os projetos profissionais.

## **2. CONSIDERAÇÕES HISTÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE O CONSERVADORISMO (CLÁSSICO) E O SERVIÇO SOCIAL**

Embora, o pensamento conservador não conforme um todo homogêneo, como adverte um dos seus próprios interlocutores, parece haver consenso entre estes de que o conservadorismo constituiria uma espécie de “inclinação pura e natural da mente humana” para “conservar algo” (CECIL APUD COUTINHO, 2016, p.23,).

Porém, se, como nos ensina o velho Marx, o pensamento, as ideias, a forma de apreender o real têm um chão histórico, seguir a trilha do conservadorismo como um processo natural, nem de longe, conforma a rota desses escritos. Assim, cabe lembrar que já, num texto escrito, entre 1845 e 1846, para ser, inicialmente apreciado pela “crítica roedora dos ratos”, Marx e Engels (2009, p.31) deixam claro que “a produção material da vida social” constitui o ponto de partida mais seguro para apreensão da complexidade de qualquer objeto do real ao qual o pesquisador se aventure a conhecê-lo. Portanto, as premissas destes autores para apreender a história em sua totalidade [...] são “premissas reais e, delas só na imaginação se pode abstrair. São os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram quanto as que produziram pela sua própria ação [...]” (idem, p.23).

Nesse sentido, levando-se em consideração a matriz teórica do materialismo histórico-dialético, conforme sustenta Netto (2011), esse tipo de análise não imprime contribuição na busca de suas raízes, já que o pensamento conservador não conforma “um estilo de pensamento intemporal, a-histórico, encontrável em qualquer tempo e em qualquer sociedade” (2011, p.40). Considerá-lo como uma suposta “disposição” da natureza humana não

apresenta nenhuma referência histórica concreta, o que implica, ainda segundo nossa autora, em uma “negação da história” (NETTO, 2011).

De acordo com as reflexões da nossa autora, esse pensamento tem um solo histórico, um tempo e uma sociedade específicos, e “boa parte dos analistas do conservadorismo concorda com a localização do seu processo a partir da Revolução Francesa” (NETTO, 2011, p. 37-38). Cabe sublinhar que, nesse primeiro momento, o pensamento conservador se coloca em posição de recusa aos elementos nascentes impressos pela Modernidade, portadora de “uma cultura cujos principais vetores guardavam um enorme potencial de contradições com a ordem feudal”, vindo a ser basilar para soldar a hegemonia da burguesia revolucionária, enquanto classe emergente e protagonista no processo de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista (NETTO, 2011, p.41). Esse processo se inicia no século XVI, na Europa Ocidental, com os primeiros indícios da erosão da estrutura do modo de produção feudal, e deságua no século XVIII, na queda da Bastilha, mais precisamente, em 1789, com a Revolução Francesa. A cultura da Modernidade ou a Ilustração representa, nessa transição, a sua dimensão sócio-cultural, a qual “a burguesia destrói o Estado feudal e molda o seu Estado” (NETTO, 2011, p. 44)

Como obra fundante do pensamento conservador, neste primeiro momento, tem-se a obra “Reflexões”, do parlamentar e irlandês Edmund Burke, em resposta à Revolução Francesa. Tal obra, conforme Netto (2011), expressa uma forma de repúdio não ao modo de produção capitalista em si, mas, à sua dimensão sócio-cultural, ao desmoronamento das instituições legítimas da tradição no Antigo Regime, como pontua a autora:

(...) numa palavra, Burke quer a continuidade do desenvolvimento econômico capitalista sem a ruptura com as instituições sociais pré-capitalistas (o privilégio da família, as corporações, o protagonismo público temporal da igreja, a hierarquia social cristalizada etc) (...) poder-se-ia afirmar que Burke deseja o capitalismo sem a Modernidade (NETTO, 2011, p.45).

Nesse sentido, para Netto (2011), a crítica dos conservadores, desse período, dá-se sob uma perspectiva restauradora, o que significa, em linhas gerais, que estes não expressavam uma total rejeição ao capitalismo ou a industrialização, sustentáculo da nova ordem, mas, antes, conformava-

se num desejo de retomada à tradição e às instituições que imperavam no modo de produção feudal, as quais a cultura da Modernidade contribui para destruir.

Ainda de acordo com a referida autora, é importante destacar que, durante esse momento de surgimento do conservadorismo, a burguesia caracteriza-se como a classe universal, revolucionária. Mas, no contexto pós-1848, conforme estudos de Coutinho (2010), quando a classe burguesa salta de uma posição universal para posição particular e passa a defender diretamente os interesses de sua própria classe torna-se imperativo à manutenção do sistema do capital transformar tudo a sua “imagem e semelhança” o que inclui a funcionalidade do conservadorismo à dinâmica de funcionamento do capital e a constituição de uma determinada forma de pensar.

Segundo Netto (2011, p.47), “trata-se de uma refuncionalização do pensamento conservador que terá por objetivo eliminar ou neutralizar os conteúdos subversivos da cultura moderna, especialmente aqueles vinculados à sua dimensão emancipadora”. Como resume nossa autora, se, originalmente, o pensamento conservador é “restaurador e antiburguês”, no pós-1848, “este caráter se transforma: o que tende a se desenvolver no seu interior, mais que aqueles dois traços, é o seu eixo contrarrevolucionário” (NETTO, 2011, p.49). E a sociologia, nesse contexto, surge como “filha direta do conservadorismo pós-48”.

Neste segundo momento do pensamento conservador clássico, este não apresenta nenhuma colisão com os interesses da ordem burguesa, pois todos os esforços estão voltados para criar uma ideia de satisfação com a nova ordem do capital. Tem-se uma ideia de impossibilidade de mudança e, acima disso, um pensamento otimista, mais especificamente de caráter “positivista”, traço que o atravessa desde o seu surgimento, em 1879, até o momento em que esta fase chega ao fim, em 1914. O que se torna a principal característica da fase clássica do pensamento conservador, nas palavras da nossa autora, é a “visão razoavelmente otimista do futuro” (NETTO, 2011, p.56).

Em síntese, o período clássico do pensamento conservador encontra-se situado no intervalo histórico entre Revolução Francesa (1789) e o

desencadeamento da Primeira Guerra Mundial (1914). Na primeira parte dessa fase, o conservadorismo assume uma postura de restaurador e reivindica as instituições que predominavam no Antigo Regime, fazendo oposição à revolução e as mudanças desenvolvidas pela Ilustração (mordenidade). E na segunda, pós-48, é refuncionalizado para atender aos interesses da ordem e mantê-la segura de uma ameaça revolucionária, baseado na ideia de irreversibilidade das amarras do capital à sociedade. E quanto ao Serviço Social, como historicamente se processa sua relação com o pensamento conservador?

Se a “invasão” do conservadorismo expressa-se nos processos de gênese e institucionalização da profissão, no contexto brasileiro, é somente durante o chamado Processo de Renovação do Serviço Social que tem-se a possibilidade de contestação e ruptura com este histórico conservador. Porém, não trata-se de um processo homogêneo e “blindado” às expressões do conservadorismo seja no exercício profissional seja na formação.

De acordo com as análises de Netto (2010), a Renovação do Serviço Social brasileiro se processa no contexto da ditadura militar e as matrizes teórico-metodológicas que nortearão a profissão centram-se no Positivismo, na Fenomenologia e no Marxismo. As duas primeiras vertentes, denominadas de “Perspectiva Modernizadora” e “Reatualização do Conservadorismo”, não imprimem um processo de ruptura com o lastro conservador da profissão. As expressões desse “conservadorismo renovado” evidencia-se nas sistematizações e elaborações teóricas do Serviço Social, bem como nos seus documentos curriculares. Nessa direção, pode-se destacar os Seminários de Teorização do período e seus documentos, como Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista; bem como as produções teóricas, a exemplo de “O princípio da autodeterminação” e Códigos de Ética construídos nesse período autocrático burguês.

É somente, a partir da aproximação com a tradição marxista, com a vertente da “intenção de ruptura”, que a profissão imprime possibilidades de ruptura com o conservadorismo. Contudo, cabe destacar, como adverte Netto (1996), que a ruptura com o histórico conservadorismo, na década de 1980, deu-se no plano ideopolítico e não na sua integralidade. Significa que

posicionamentos críticos, e, portanto, contrários à ordem burguesa conquistaram legitimidade para se expressarem abertamente. Noutras palavras, legitimou-se no interior da categoria “o direito à diferença ideopolítica” (NETTO, 1996, p.111).

A particularidade da formação em Serviço Social no município de Campina Grande em “tempos de chumbo”

De acordo com pesquisas de Fonseca et.al (2014), o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social na Paraíba (João Pessoa e Campina Grande) dá-se no contexto dos anos de 1950. A escola do município de Campina Grande é criada, em 1957 e, somente, no ano de 1960, mediante aprovação e autorização do Ministério da Educação e Cultura, inicia suas atividades acadêmicas. Trata-se, inicialmente, de uma escola de natureza privada e confessional resultante de articulações travadas entre a Igreja Católica campinense, especificamente, a Congregação de São Vicente de Paula Província do Norte; o Estado – diretoria e secretaria de educação e cultura do município – e o empresariado local.

A criação e o funcionamento do curso, em Campina Grande, em finais dos anos de 1950 e início da década seguinte, assim como nos demais espaços brasileiros, não encontra-se apartada das condições histórico-concretas as quais vivenciava o país e a profissão. Como discorre Netto (2010), trata-se de um contexto marcado pela intensificação das contradições entre capital e trabalho, pela alavancagem da *industrialização pesada* e pela adoção do discurso febril e implementação da política desenvolvimentista. Nesse “caldeirão” histórico, os assistentes sociais são vistos como profissionais estratégicos Serviço Social empenha-se para responder as demandas impostas à profissão sob discurso de que esta “(...) ou sintoniza com as solicitações de uma sociedade em mudança (...) ou se arrisca a ver seu exercício relegado ao segundo plano” (CBCISS APUD NETTO, 2010, p.139).

Tal “sintonia” implicava, dentre outras necessidades, na elevação do padrão técnico, científico e cultural da profissão e na reivindicação de funções de planejamento das políticas sociais. Essas questões adicionadas aos vetores extraprofissionais, como assinala Netto (2010), desencadeará no denominado processo de erosão do Serviço Social “tradicional”, no qual a aproximação e a incorporação do Desenvolvimento de Comunidade (DC) pela profissão não se dar sem divergências que, guardadas as devidas particularidades, expressavam-se entre aqueles que defendiam o DC de forma endógena, isto é, apenas como um novo “método” para intervenção profissional sem tecer críticas ao modo de produção capitalista; outro grupo apreciava a relação entre a profissão e o DC numa perspectiva macrossocietária supondo mudanças estruturais, porém, dentro da ordem do capital e , por último, aqueles que defendiam o DC como “instrumento de um processo de transformação social substantiva, conectado à libertação social das classes e camadas subalternas (NETTO, 2010, p.140).

Com a instauração do “golpe de 1964”, como sustenta o referido autor, as duas primeiras correntes encontram “(...) campo aberto para seu florescimento” (NETTO,2010, p. 141) que, no âmbito do processo de renovação do Serviço Social, adensarão às vertentes renovadoras “modernizadora” e da “reatualização do conservadorismo”. Já o grupo que defende o DC, enquanto possibilidade de transformação social, somente no contexto de crise da “autocracia burguesa” encontrará bases sociopolíticas para sua emergência.

Na particularidade do município de Campina Grande, pode-se afirmar que há um solo ainda mais fértil para a consolidação das vertentes que tendem a manter-se fincadas ao “Serviço Social tradicional”, porém, sob novas roupagens. Tal assertiva pode ser observada seja a partir do formato do próprio curso, no momento de sua fundação, seja a partir de sua “laicização”, na segunda metade dos anos de 1960, mediante apreciação e análise dos TCCs desse período.

Mediante estudos documentais de Fonseca et.al (2014), a própria ata de criação do curso, ao identificar as finalidades da faculdade de Serviço Social, em Campina Grande, com base na Doutrina Social da Igreja, já sinaliza a

histórica tendência conservadora da formação. A administração do curso bem como a condução da maioria dos conteúdos específicos da formação encontrava-se sob a tutela de religiosas, formada em Serviço Social, da Congregação das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paula. A estrutura curricular do curso contava com disciplinas como Higiene e Medicina Social, Psicologia, Sociologia, Noções de Direito e Legislação Social e Serviço Social de Casos.

Esse formato da dinâmica curricular, bem como, o perfil do corpo docente e a direção do curso, expressam um traço histórico constitutivo da profissão denominado por Iamamoto (2008, p.21) de “arranjo teórico-doutrinário” que consiste na manutenção do “seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre proletariado urbano, articulando o discurso humanista calcado na filosofia aristotélica-tomista aos princípios da teoria da modernização presente nas ciências sociais”.

É somente no contexto da ditadura militar, especificamente, em 1966, que tem-se a inserção do curso no espaço universitário, mediante a criação da Universidade Regional do Nordeste (URNE) pela prefeitura municipal de Campina Grande. Esse processo de “laicização”, ainda segundo pesquisas de Fonseca et.al (2014), se expressa em alterações nas formas de vínculo empregatício (o corpo docente deixa de ser voluntariado e passa a ser remunerado) e de estrutura curricular (maior aproximação com as ciências sociais). Porém, tal inserção não rompe com o “manto” da Doutrina Social da Igreja Católica uma vez que o curso continua sob direção da Congregação, o ingresso de discentes dá-se mediante a exigência de um “atestado de conduta e sanidade” e as disciplinas continuam com expressivo conteúdo religioso, a exemplo “(...) das virtudes morais; da fé católica; do plano de salvação; da relação entre profissão e vocação, dos deveres do assistente social católico(...), do testemunho cristão do assistente social; da orientação pré-matrimonial e social, etc.”(FONSECA, ET.AL, 2014, p.289).

Essas observações podem ser evidenciadas nos TCC's pesquisados, sobretudo, nas referências à concepção de família amparada pelos escritos confessionais, a exemplo de gênesis (1,27-28), bem como, nas afirmações de que “(...) a proteção de valores fundamentais e a garantia dos vínculos

familiares (...) a defesa da integridade familiar (...) deve ser estimulada pela Igreja e pelo Governo (1966, p.14). Também na afirmação: "(...) era muito comum ouvir-se, antes de se tomar qualquer decisão referente aos problemas da comunidade, frases como: (...) a senhora tem razão, mas, a gente precisa conversar com o Frei (...) ele é o cabeça daqui" (1964, p.37), pode-se observar a expressividade da dimensão religiosa na condução da vida social.

Ainda nessa direção, um outro TCC - ao descrever sobre o Serviço Social junto à crianças e adolescentes ou "menores" que cometeram algum ato infracional – deixa, ainda mais, evidente essa relação umbilical da formação com a Igreja Católica. Ao afirmar que, cabe ao "Serviço Social contribuir para o desenvolvimento da personalidade do menor e ingressá-lo nas atividades sócio econômicas afastando-o das fileiras da marginalização" (1976, p. 47), uma das principais ações do assistente social para atingir tal finalidade seria a "motivação para o Cristianismo" (1976, p.98), uma vez que, alguns adolescentes não possuíam alguns dos "passaportes necessários" para o "reino de Deus", como o sacramento do batismo e a celebração da primeira eucaristia .

A ênfase na defesa da família, para além dos postulados religiosos, constitui um dos principais traços do conservadorismo. Para o "pai dos conservadores", as famílias constituem a base moral da sociedade, uma vez que "(...) tomamos nossas leis fundamentais no seio das nossas famílias" (BURKE APUD NETTO, 2011, p.66). Nesse sentido, cabe destacar a seguinte citação impressa em dos TCCs dos anos de 1970:

(...) família - composta de pai, mãe e filho - é o meio natural da criança onde se desenvolve mais harmoniosamente (...) delas as crianças receberão as boas e más influências que moldarão os seus hábitos; (...) a ausência de crianças problemas, só acontecerá se houver no lar compreensão entre os pais, num ambiente onde reine o amor, carinho e justiça, e se a vida que levarem for sempre norteada para o caminho reto (1973, p.45).

Além de atribuir à família um papel basilar na perspectiva moralizante, a valorização da família, segundo Netto (2011, p.67), encontra-se intimamente relacionada à um traço distintivo do pensamento conservador, qual seja: "a defesa da constituição de grupos intermediários, capazes de junto com a

família mediar a relação entre indivíduos e sociedade”, no caminho da “harmonia orgânica da sociedade”.

“Harmonia”, “coesão” e “integração” são expressões que desaguam na vala do discurso febril do “ajustamento” reveladores da matriz teórica do Positivismo na sua versão estrutural -funcionalista. Nessa direção, tem-se a seguinte citação encontrada, nos TCCs dos anos de 1970: “hoje, mais do que antes, notamos relevância quanto ao número de crianças desajustadas que perambulam pelas ruas adquirindo vícios e hábitos perniciosos. Está provado que tais atitudes têm como fator a desorganização familiar” (1973, p.23). Também na afirmação “a família é considerada a unidade fundamental, por sua vez responsável, em grande escala, pelo ajustamento e recuperação do cliente” (1976 p. 6), observa-se a centralidade da família no “ajustamento” da classe trabalhadora à dinâmica capitalista.

No interior dessa concepção abstrata de família que permeou o Serviço Social, debita-se à mulher à “missão do cuidado” para manutenção de “lares estruturados” traço identificado no seguinte TCC ao enfatizar que: “(...)quanto mais mulheres aperfeiçoadas e conscientes de suas responsabilidades, mais lares sólidos e bem formados, mais famílias felizes, mais comunidades desenvolvidas.” (1970, p.14).

Essa observação, a nível nacional também é identificada nos primeiros TCCs das primeiras escolas de Serviço Social em São Paulo e Rio de Janeiro, conforme estudos de Iamamoto e Carvalho (2005, p. 172), expresso na afirmação de que “(...) a mulher é feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, das crianças, dos doentes. A sensibilidade torna amável e compassiva (...)”.

Outro dado identificado na presente pesquisa refere-se ao fato de que os TCCs analisados, sobretudo, aqueles dos anos de 1970 têm como uma de suas principais referências os documentos de Araxá e Teresópolis. Sem fazer nenhuma reflexão sobre o significado dos referidos documentos para a profissão, os TCCs destacam, dentre outras questões, a importância da definição da “função do Serviço Social” nas instituições; a atuação do Serviço Social na perspectiva da macroatuação, bem como, a importância da identificação das “variáveis dos problemas sociais” para “solução” desses

problemas. Como discorre Netto (2010), os referidos documentos são resultantes do primeiro Seminário de Teorização do Serviço Social que imprimem materialidade a denominada perspectiva modernizadora, uma das vertentes do processo de renovação do Serviço Social hegemônica até os finais dos anos de 1970.

Nessa direção cabe sublinhar que os referidos documentos, como sustenta o referido autor, embora, apresentem características diferenciadas,

(...)podem ser tomados como a consolidação modelar da tentativa de adequar as (auto)representações profissionais do Serviço Social às tendências sociopolíticas que a ditadura tornou dominantes e que *não se punham como objeto de questionamento* substantivo pelos protagonistas que concorreram na sua elaboração (...) (NETTO, 2010, p.164-165 grifo nosso).

Sobre Araxá cabe registrar que já nas considerações iniciais do documento, as quais sinalizam seu objetivo, pode-se encontrar algumas “pistas” do Estrutural Funcionalismo. Segundo seus elaboradores, Araxá expressa um “esforço de teorização do Serviço Social” cujo objetivo centra-se na análise e na síntese dos “seus componentes universais [...] seus elementos de especificidade e de sua adequação ao contexto econômico e social da realidade brasileira” (CBCISS, 1986, p.19). Isso porque o Serviço Social encontra-se “desafiado pelas exigências do processo de desenvolvimento” (idem) e, para atender as referidas exigências a profissão busca “integrar-se nessa realidade em mudança” (idem). Como possível caminho para tal “integração”, o Documento reivindica dos assistentes sociais o investimento numa “abordagem técnico-operacional” (idem, p.21).

Dos referidos elementos introdutórios cabe tecer duas observações. A primeira refere-se à problemática da “teoria” e da “especificidade”. A busca por uma teoria ou metodologia própria, exclusiva do Serviço Social é um traço constitutivo da profissão. No Brasil, tal busca tem início nos anos de 1940, face ao contato com a literatura norte-americana. A principal ideia que orienta essa “cruzada” no Serviço Social, como lembra Netto (2005), deve-se ao fato de que a constituição, bem como a legitimação de uma determinada profissão, seria uma variável dependente do seu estatuto “científico”, o que incluiria a

existência de uma teoria e de um método próprio. Nos moldes positivista, a construção desse *status* “científico” blindaria a profissão, por exemplo, do assistencialismo, da adoção de pré-julgamentos, das ideologias (capitalista ou comunista), enfim, possibilitaria a efetivação de uma suposta “neutralidade”.

Como explica Netto (2010, p.174), é uma característica chave do pensamento conservador sua dimensão despolitizante vinculada tanto à “naturalização e psicologização das relações sociais” quanto ao tecnificismo. Essa “desqualificação do político [...] vem associado ao administrativo, com o inteiro obscurecimento da natureza de dominação do poder (que naturalmente aparece como ‘poder de decisão’ passível de subordinação técnica)”. Noutras palavras, para o positivismo, a hipertrofia da ciência, da técnica funciona como mecanismos de obscurecimento da dominação, do poder político das instituições, da luta de classes.

Ainda sobre a busca da “especificidade” da prática profissional que o documento faz referência, mais uma vez, percebe-se a influência de uma forma de pensar conservadora, pois quando se busca delimitar o que seria “exclusivo” da prática do assistente social, remete-se a uma posição de “imutabilidade das atribuições, portanto, um caráter a-histórico” do real e da profissão (idem, p.156). A busca da “especificidade” do Serviço Social, historicamente, dá-se atrelada ao fato de que sua ausência implicaria em deslegitimação profissional. Hoje, sabemos que, o que imprime legitimidade à profissão é sua capacidade de dar respostas as demandas sociais (NETTO, 2005) ou, nas palavras de Montaño (2009, p.155), a profissão se legitima pela “sua função socioeconômica e política que cumpre (e que não lhe é específica) e não pela sua suposta especificidade” (idem). Porém, não tendo “especificidade” enquanto sinônimo de exclusividade, este autor defende que o Serviço Social tem particularidades.

No capítulo referente à “revelação” da natureza, dos objetivos e das funções do Serviço Social, o suporte teórico do Estrutural Funcionalismo expressa-se de forma mais cristalina. Segundo os formuladores de Araxá, “como prática institucionalizada, o Serviço Social se caracteriza pela atuação junto aos indivíduos com desajustamentos familiares e sociais. Tais

desajustamentos muitas vezes decorrem de estruturas sociais inadequadas” (CBCISS, 1986, p.24).

Na citação supracitada ao destacar que os “desajustamentos decorrem muitas vezes de estruturas sociais inadequadas” (CBCISS, 1986, p.24), isso poderia levar nosso leitor a concluir que a lógica de funcionamento do sistema capitalista “incide” diretamente nas condições de miserabilidade da classe trabalhadora, independente de possíveis “problemas psíquicos” que os indivíduos possam a vir desenvolver ou não ao longo da sua vida. Porém, este não é rumo do Documento visto na sua totalidade. A menção às “estruturas sociais inadequadas” refere-se à inexistência ou funcionamento incipiente de um “subsistema” qual seja aquele da “infraestrutura social”, isto é, à inexistência de serviços sociais como saúde, educação, habitação, etc.

Se a menção à “realidade brasileira” aparece no documento de Araxá, segundo Netto (2010, p.175), “à moda do garçom da santa ceia”, nos TCCs em questão a única referência ao regime militar aparece em forma de apologia ao referido regime pela criação de um determinado ministério. Aqui cabe assinalar as indicações dos estudos de Fonseca et.al (2014) sobre a importância de aprofundar pesquisas sobre os impactos da autocracia burguesa nas escolas de Serviço Social da Paraíba.

Essa colagem dos assistentes sociais ao projeto de “modernização conservadora” da autocracia burguesa encontra-se para além da “hipoteca do medo” face à ditadura, principalmente, por parte daqueles profissionais que encontram-se inseridos nas instâncias do aparelho do Estado e, portanto, submetidos à permanente vigilância dos militares. O elemento-chave que imprime maior peso ou “gravitação especial” à referida colagem deve-se, segundo Netto (2010, p.167), ao próprio lastro conservador da profissão. Nesse sentido, pode-se afirmar que o projeto político-ideológico dos militares encontra solo fértil para germinar no interior da categoria.

### **3. CONCLUSÃO**

Historicamente, a formação em Serviço Social deu-se “enlaçada” ao pensamento conservador, traço constitutivo do próprio processo de surgimento e institucionalização da profissão no sistema capitalista. Na América Latina e, especificamente, no Brasil, as possibilidades de questionamento e crítica ao denominado “Serviço Social Tradicional” dá-se nos finais dos anos de 1950 e início de 1960, no contexto desenvolvimentista. Com a instauração do golpe de 1964, as possibilidades de contestação, sobretudo, de cunho essencialmente críticas são abortadas e tem-se um processo, principalmente, de meados de 1960 a 1970, de intensificação do conservadorismo na profissão sobre novas roupagens.

Esse conservadorismo, que encontra no contexto da ditadura um solo fértil para sua “germinação”, conforme estudos desenvolvidos no interior na categoria, “invade” a profissão seja no âmbito da formação seja no âmbito do exercício profissional. Suas expressões são evidenciadas nas formulações teóricas do período, nos currículos e trabalhos de conclusão de curso.

Nesse sentido, do substrato dos resultados da pesquisa ora em curso, pode-se destacar que: a) o surgimento do curso de Serviço Social da UEPB também não encontra-se “blindado” ao pensamento conservador; b) suas expressões são identificadas desde os primeiros movimentos para constituição do curso, a exemplo da presença da influência da Igreja Católica via Congregação de São Vicente de Paula Província do Norte na constituição e condução do ensino, até a feitura dos primeiros Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC); c) Também são expressões desse conservadorismo o referencial bibliográfico adotado pelos referidos trabalhos, como as encíclicas papais; os estudos de Natálio Kisnerman e Mary Richmond, observações que indicam o histórico *mix* de elementos teórico e confessionais (leia-se ecletismo teórico) utilizado pelo Serviço Social para apreensão das relações sociais.

Nesse sentido, embora, os assistentes sociais brasileiros sintonizados com o projeto modernizador, empenhem esforços febris para alcançar uma suposta “teorização” do Serviço Social e, por conseguinte, redesenhar o perfil de “apóstolo” para “agente de mudança”, como nos lembra (NETTO, 2010), mantém-se presença dos postulados de base humanista-cristã registrados

nas elaborações ideais e intervenções profissionais, ao longo das décadas de 1960 e 1970, dando sustentabilidade ao projeto profissional conservador.

## REFERÊNCIAS

CBCISS (CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS). **Teorização do Serviço Social**. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

COUTINHO, C. N. **Estruturalismo e Miséria da Razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

COUTINHO, J. P. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social: esboço de uma interpretação histórico-metodológico**. ed. São Paulo: Cortez; CELATS, 2005.

FONSECA, C.C; MACEDO, G. D; VIEIRA, J. K. S. O resgate histórico do curso de Serviço Social em Campina Grande: sua incorporação à esfera universitária a partir do surgimento da universidade regional do nordeste-urne. In: FERRIZ, A. F. P; PATRIOTA, L. M; SILVEIRA, S. A. S (Organizadoras). **O curso de Serviço Social da UEPB: elementos para uma análise histórica e teórico-metodológica**. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, L. E. O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.